

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

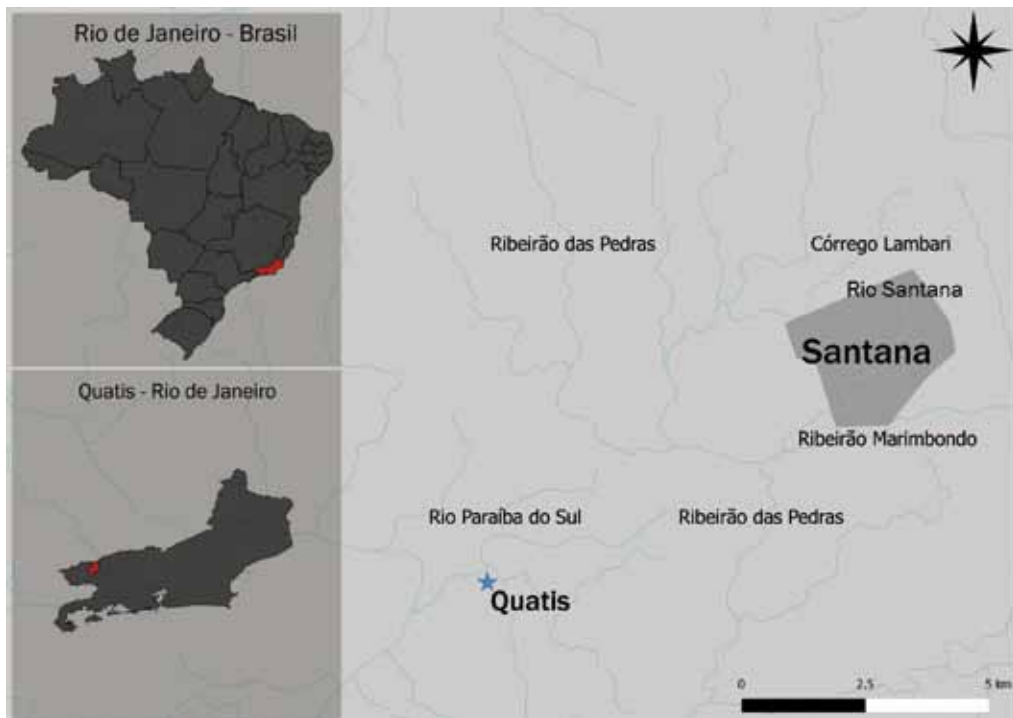
A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Santana

Santana é uma comunidade rural situada a cerca de 10 quilômetros da sede do município de Quatis, região do Médio Paraíba, a 144 km da cidade do Rio de Janeiro. **Parte dos moradores descende de negros e negras que receberam, em 1903, o título de doação de suas atuais terras.** Essas terras faziam parte de uma antiga fazenda do Barão do Cajuru, local em que os ancestrais dos quilombolas de Santana, vindos de Minas Gerais ou comprados de outros mercados, trabalhavam como escravizados.

Além das doações de terras, Santana conta com uma área chamada de Terra da Santa. **A filha do Barão recebeu a fazenda como herança e foi responsável pelas doações aos ex-escravizados e pela criação da Terra da Santa. Os moradores**



do quilombo se sentem responsáveis por cuidar dessa que é a terra de Sant'Ana. No local, existe uma capela em homenagem à santa.

Com o passar do tempo o território original foi sendo reduzido, pois muitas vezes os santanenses se viram obrigados a recorrer a fazendeiros vizinhos, que ficavam com suas terras em troca de alimentos ou remédios que necessitavam. Em função da perda de terras e da falta de condições para sobreviver, muitas famílias migraram para o bairro São Benedito, em Quatis. Moradores desse bairro mantêm fortes vínculos e afirmam seu parentesco com os que ficaram na comunidade.

Os que conseguiram permanecer nas terras herdadas desenvolveram, ao longo de mais de cem anos, tradições de curas e festejos, estratégias de sobrevivência e resistências. São cerca de 25 famílias e mais de 110 pessoas, divididas em dois grupos, em uma área de 723 hectares: “os de baixo” e “os de cima”. Os que vivem na terra doada pela filha do fazendeiro são chamados “moradores de baixo”, os que vivem na Terra da Santa são conhecidos como “moradores de cima”, mas todos se consideram santanenses. Os de cima estão na Terra da Santa desde a década de 1970 e compreendem que é seu dever cuidar dela.

Os laços dos santanenses foram sendo construídos em torno da agricultura familiar, dos saberes medicinais, das danças do jongo e de calango da roça, das benzeções e festas (como a de devoção à padroeira, Sant'Ana), vivências passadas de geração em geração. A presença musical no quilombo sempre foi muito forte. Ainda no tempo do cativo, os escravizados da fazenda tinham uma banda de música e tocavam em uma casa próxima à Capela de Sant'Ana. Havia competições entre a Banda de Música de Santana e a de Barra Mansa. A Banda de Santana sempre se destacava. Esse era um momento de afirmação da união dos santanenses. Devido à ascendência negra e a resistência para permanecer nas terras, o quilombo é também conhecido como Santana dos Negros.

Breve história de Santana

No século 18, a região da comunidade de Santana fazia parte do trajeto de bandeirantes e tropeiros que circulavam entre Minas Gerais e o litoral do Rio de Janeiro. A região também foi muito explorada durante o ciclo do café, que entrou em crise com a abolição da escravidão no século 19.

A memória da formação do quilombo tem como referência as narrativas dos dois moradores mais antigos da comunidade. O primeiro, o Sr. Sebastião Felicíssimo, nascido em 1905, conhecido como Seu Carreiro e morador de uma parcela da Fazenda do Ermo, relata que sua mãe Constança Maria Isabel e seus avós maternos Inácio e Narcisa foram escravizados na Fazenda do Barão do Cajuru. Segundo ele, sua mãe teria recebido das mãos da filha e do genro do Barão uma terra no local. Depois que seus pais se separaram, Seu Carreiro foi morar com o pai, Felicíssimo Henrique, na Fazenda do Ermo. Sua mãe casou-se novamente e foi embora do local.

O outro morador mais antigo de Santana, Sr. Cândido Alves da Paixão Filho, conhecido como Seu Candinho, relembra que seu avô paterno veio de Minas Gerais com seu pai, Cândido Alves da Paixão, ainda criança, “nos últimos anos do tempo do cativo”. O pai de Seu Candinho nasceu em 1871 e sua mãe em 1867. Ela nasceu numa antiga fazenda de trabalho escravo no distrito de São Joaquim, no município de Quatis. Seu Candinho, o mais novo de dez irmãos, explica: “Meu avô dizia que, antigamente, essa gente era comprada mesmo. Saía um fazendeiro daqui e ia lá em Minas comprar gente. Essa gente vendia mesmo”. Seu Candinho e outras quatro famílias, ligadas a ele por laços de parentesco, vivem em Santana na área dos moradores de baixo.

Na memória coletiva, o dono dessas terras, o Barão do Cajuru, deixou a fazenda e os escravizados como herança para sua filha, Maria Isabel de Carvalho, que era casada com João Pedro de Carvalho. O casal foi quem doou as terras aos ex-escravizados em 1903. Mas há dúvidas sobre quem seria o verdadeiro dono do título de “Barão do Cajuru”. Para a

historiadora local, Perpetua do Socorro Alves, quem era Barão era o pai de João Pedro de Carvalho, e não o Comendador Manoel Marques Ribeiro, pai de Maria Isabel. Independentemente de quem tinha o título de Barão, o que importa é que as terras foram doadas aos ex-escravizados.

A Sra. Ana Maria Gouvêa (filha da Sra. Etelvina Alves da Paixão, irmã de Seu Candinho) possui um documento que revela a data da doação: 8 de setembro de 1903. No documento está expressa a mesma condicionante aplicada a todos: a doação dependia da permanência dos ex-escravizados; nem eles, nem seus descendentes poderiam vender ou doar suas terras. Apesar da cláusula constituir uma proteção para a terra ao longo das gerações, até recentemente, os quilombolas sofriam investidas de fazendeiros, que ainda avançavam suas cercas, apropriando-se de terras dos moradores do quilombo.

Ao longo dos anos, muitos santanenses precisaram abandonar suas terras devido a dificuldades financeiras. Não puderam se manter apenas com a produção na terra. Ao enfrentarem dificuldades mais sérias, era comum buscar ajuda de fazendeiros da vizinhança. Quando não podiam saldar suas dívidas, viam-se obrigados a pagar com suas próprias terras, como relata Sra. Ana Maria Gouvêa:

Às vezes uma criança ficava doente e eles corriam na ... primeira fazenda vindo de Quatis para cá. Eles corriam lá e falavam [com o fazendeiro]: "... meu filho está doente", ou "faltou compra lá em casa. Eu queria que o senhor comprasse para a gente esse remédio ou emprestasse para a gente esse dinheiro para a gente comprar que depois a gente paga". E ele pegava o remédio ou o alimento que fosse e falava assim: "então você assina esse papel aqui, porque se você não me pagar eu pego o seu terreno". E esse pessoal pegava e assinava. Chegava no tempo de pagar eles não tinham o dinheiro, porque eles não tinham como trabalhar para ganhar. Então o fazendeiro ia lá e tomava a terra deles. Eles saíram e iam embora. iam andando pelo mundo aí sem destino e o fazendeiro pegava aquele terreno. Com o outro escravo acontecia a mesma coisa. Esse era o problema maior que tinha aí. Muitos perderam suas terras por causa disso.

Aqui era e é do santo: é de Nossa Senhora de Sant'Ana

O cemitério da antiga fazenda era cercado por uma muralha. Em seu interior foi construída uma capela, provavelmente em 1867, a julgar pela data entalhada no batente de pedra de sua porta. O túmulo do Comendador Manoel Marques Ribeiro, que na memória coletiva é o Barão do Cajuru, está localizado nos fundos dessa capela.

A capela foi erguida a mando da filha e do genro do Barão do Cajuru, em honra a Sant'Ana. A história dessa construção é narrada na comunidade pelos moradores mais velhos, entre eles, a Sra. Ana Maria Gouvêa:

Da igreja foi o seguinte. Maria Isabel de Carvalho tinha uma menina e o nome dela era Elisabeth. E essa menina ia naquela padiola, né? Um escravo pegava numa ponta o outro na outra e ia aquela menininha sentadinha no meio ali, estudar lá no areal, que é essa fazenda do falecido George Salgado. E todo dia ela vinha de lá da casa dela e chegava ali [...] ela pedia para os escravos deixar ela descer que ela tinha que ir lá atrás da moita para conversar com uma moça muito bonita [...] Um dia, um escravo chegou e falou pra sinhá Maria Isabel: “ôh sinhá, a sinhazinha vai com a gente, todo dia a gente tem que parar e ela vai lá atrás daquela moita pra conversar com uma moça, que diz que tem uma moça muito bonita, que conversa com ela, mas a gente vai lá e não vê nada”. A sinhá pegou e disse: “mas não é possível. Eu vou junto então pra eu ver. Venho a cavalo junto com os escravos”. Chegou ali, a



Capela de Sant'Anna



Túmulo do Barão do Cajuru

menininha desceu e foi lá ver. Aí, a sinhá Maria Isabel foi lá ver e não viu nada. Aí perguntou pra menina: “minha filha, porque você faz isso? Todo dia faz os escravos parar, pra você ir lá atrás dessa moita conversar com essa moça. Que moça é essa? Você está ficando maluca. A gente vai lá e não vê nada”. Aí ela falou: “Não mãe! Lá tem uma moça muito bonita. Ela falou pra mim que chama Ana”. Aí, chegou em casa, a sinhazinha entrou no quarto, ficou doente, passado um tempo, morreu. Então, Maria Isabel pegou e mandou construir aquela igreja ali, naquele lugar, por causa disso. E colocou o nome de Sant’Ana. Por causa da menina que via essa santa lá. (Ana Maria Gouvêa).



Sra. Nair e a antiga chave da capela

Desde então, Sant’Ana é a padroeira da capelinha. Os mais antigos narram que a Terra da Santa era para cultivo de roçados em parceria com a santa: parte do rendimento era destinado ao caixa da capela. “Para isso, João Pedro de Carvalho (genro do Barão) deixou terra para a santa e para quem trabalhou na fazenda”, lembra Seu Carreiro.

Os de baixo e os de cima: todo mundo é de Santana

A dinâmica da ocupação das terras de Santana está ligada à divisão espacial entre os moradores. **Na parte dos moradores de cima, onde está a Terra da Santa, a posse e o uso é comum. Por volta de 1970 essa área recebeu algumas famílias que vieram da Fazenda do Ermo, vizinha a Santana, e que pertencia ao irmão de João Pedro de Carvalho, conhecido como Militão.**

O Sr. Sebastião Francisco da Silva, liderança dos moradores de cima, argumenta que padre Ignácio lhes doou essa terra e fez documentos em cartório para cada morador, como prova de doação. Consideram que, como moradores, eles estão ali para guardarem “a igreja e a Terra da Santa”.

Logo abaixo, há uma parcela de terra onde vive um fazendeiro local. Em seguida, há a terra do Sr. Sebastião Antonio da Silva, conhecido como Tião Pia, que lá vive com seus filhos e suas famílias. A área mede cerca de dois alqueires e meio. A Sra. Olga Maria de Jesus Moreira conta:

O padre Ignácio disse que esta terra era dos negros antigamente, dos escravos. Que você pode observar aqui em Sant’Ana que você não acha um branco. Agora que a minha sobrinha casou com um rapaz, com um caboclo, né? Mas todo mundo aqui é negro. Muita gente vem aqui, pode até pensar: “Gente, mas só preto tem aqui?” É só preto mesmo e no tempo da escravidão não tinha branco aqui, só tinha negro. Aí, foi onde que ficou Sant’Ana dos Negros, mas nós somos felizes com isso, graças a Deus.

Na parte ocupada pelos moradores de baixo vivem Seu Candinho, um dos primeiros santanenses, e seus sobrinhos. Lá moram cinco famílias. Essa área é de posse e uso familiar. Já na entrada de Santana vive, em dois alqueires de terra, o Sr. Jorge Luis da Silva e sua família.



Área dos moradores de cima



Área dos moradores de baixo

Nós somos santanenses. Nós somos negros

Estava dormindo catiribamba me chamou

Foi por causa de catiribamba

Que o cativeiro se acabou

(Trecho de música do jongo)

Os antigos contam que *catiribamba* era um pássaro que no tempo do cativeiro abriu a porta da senzala de uma das fazendas da região. O canto desse pássaro os chamava para que fugissem do cativeiro e se tornassem *calhambo-las* livres.



A história da resistência de Santana é passada de geração em geração. Narrar como seus bisavós e avós chegaram ao local e formaram a comunidade é parte do orgulho dos quilombolas. Contudo, os sofrimentos do tempo da escravidão não são falados na

presença das crianças. O assunto é considerado impróprio para elas.

Para os quilombolas, ser santanense é ser negro descendente de escravizados que receberam as terras em forma de doação. Ou, ainda, ser negro que vive na Terra da Santa, descendente de escravizados que construíram a riqueza da região. Os casamentos entre jovens moradores de baixo e moradores de cima só aumentam esse sentimento de pertencimento à Comunidade Quilombola de Santana, como enfatiza a Sra. Olga Maria de Jesus Moreira:

Nós somos negros, porque preto não existe, agora negro existe e nós estamos satisfeitos de sermos negros. (...) Nós não somos africanos, mas nós viemos da família dos africanos. (...) Eu fico muito satisfeita de me chamar de negra do que me chamar de preta, porque preto não existe, mas negro existe e eu fico muito satisfeita, porque foi através dos negros que nós ganhamos aqui. Se não

existissem os negros antigamente, nós não teríamos este pedaço de terra aqui, onde nós moramos, que o padre deu para nós (...). Só não fico muito satisfeita de ser pobre, mas pela cor fico muito satisfeita. Pela cor, sou muito orgulhosa, graças a Deus.

Resistência, música e dança

Os moradores lembram com orgulho da banda de música formada pelos escravizados da Fazenda do Barão Cajuru, considerada “a mais afinada da região”. Seu Carreiro lembra que a banda de Nossa Senhora de Sant’Ana se destacava de tal modo nas competições que “surrava Barra Mansa na música”. Ele acrescenta: “Barra Mansa tocava, mas perdia para os santanenses. (...) Nós somos filhos dos santanenses. Candinho é santanense. Nós somos santanenses. Cada um santanense tinha seu pedaço de terra”.

Além da banda de música, Santana é famosa pelo jongo. As cantigas expressavam as dores, sofrimentos e injustiças do cativoiro:

Na fazenda do Ermo
Tem um boi que sabe ler
Me escreveu uma cartinha
Que pena que não sei ler.

Seu Carreiro diz: “Antigamente tinha muito jongo aqui em Santana. A brincadeira que essa gente do cativoiro tinha era o jongo”. A Sra. Ana Maria Gouvêa relembra a canção de quando era criança, no fim da década de 1940:

O batuque na cozinha
Sinhá não quer
Foi por causa do batuque
Que eu queimei meu pé

O jongo é dançado em torno de uma fogueira, ao som dos tambores e o canto de pontos. Os mais antigos chamam o jongo de “tambor”. “Antigamente, todo baile que tinha aqui tinha tambor”, lembra Seu Candinho. Seu Carreiro conta que na dança de jongo

dos ex-escravizados da fazenda Sant’Ana, tinha gente que *invurtava* (ou seja, virava vulto): desaparecia de um lugar e aparecia no outro.

Desde a década de 1940 o jongo foi sendo menos praticado, mas os jovens santanenses demonstram grande interesse pela sua retomada. Em festas do município, os jovens têm apresentado o jongo com letras de músicas cantadas por seus ancestrais.

No caminho de três cocos

Vi o coco madurar

Eu fui apanhar o coco caxinguelê tá a me olhar.

Carrê lê, lê, ê, ê, ê, ô, ô, ô...

Vovó não gosta de casca de coco no terreiro

Que faz ela lembrar do tempo do cativoiro

Era comum dançar o jongo nas festas de São João, Santo Antônio e São Pedro durante toda a noite. Seu Candinho lembra que “o baile de tambor” ou “a roda de tambor” ocorria nas casas. Outra dança e música dessa época era a “cana verde”: “Era moda de viola que o povo tocava, cantava e dançava”, diz Seu Candinho. O Sr. João Batista da Paixão explica: “Quando a gente era mais novo, a gente sempre sentava para tocar um pandeirinho, uma sanfoninha e cantar essas músicas”.

Em 26 de junho é celebrada a tradicional festa de Sant’Ana, que movimenta toda a comunidade. É costume realizar missa, procissão, gincana, forró, bem como a retomada de uma cantiga tradicional no local chamada “disputa de calango da roça”. Com trovas e versos rimados, é cantada pelos moradores acompanhados de sanfona, pandeiro, chocalho e afoucé.



Tambores do jongo de Santana



Retomada do jongo pela comunidade

Entre plantas, ervas, raízes e fé

Ô mãe Maria, cadê pai José (bis)
Está lá na horta, apanhando *guiné*.
Diga a ele que quando vier
Suba a escada e não bata com o pé. (Trecho do jongo)

O posto de saúde mais próximo fica na sede de Quatis. **Contudo, é longa a tradição entre os moradores mais antigos de usar plantas, ervas e raízes para fazer remédios, chás e banhos. Os remédios do mato são reforçados pela fé. Um dos exemplos é a erva *guiné*.** De acordo com a Sra. Nair Maria da Conceição, a *guiné*, cultivada no quintal, neutraliza os efeitos do “mau-olhado”, ou “olho-grande”, sobre lavouras, animais e bens em geral. O uso de suas folhas para banho também tira dores do corpo causadas pelo mau-olhado.

As benzedeiças Sra. Etelvina da Paixão e Sra. Júlia da Paixão, irmãs já falecidas de Seu Candinho, estão guardadas na memória dos santanenses. Elas realizavam curas através de benzeções e também usando ervas e raízes.

Entre as plantas (nativas e cultivadas) há a folha de bambu, alfavaca, boldo, capitão-do-terreiro, são-josé, flor e folhas de laranjeira, erva-de-santa-maria, picão roxo, hortelã, capim-cidreira, dente-de-leão, alecrim, saião, manjeriço, arnica, erva-doce (funcho). São cultivadas muitas vezes nos quintais dos mais velhos e também na horta comunitária que fica próxima da capela de Sant’Ana.

Outra tradição dos santanenses é a confecção de balaio de bambu. Este artesanato é facilitado pela abundância de bambu nas suas terras. “O bambu é daqui do terreno da santa mesmo. Aqui tem muito bambu”, diz o Sr. Vicente Moreira, tecedor de balaio. Também produzem esteiras de taboa e peneira de taquara.



Balaio

Da senzala à escola

A maioria dos santanenses trabalha hoje como diarista e assalariado nas fazendas próximas para se manter na terra doada e na Terra da Santa. Muitos não têm carteira assinada. Usam os próprios quintais para cultivar cana, mandioca, arroz, feijão, milho, abóbora, batata, chuchu e inhame, além de plantarem árvores frutíferas como bananeiras, laranjeiras, limoeiros, goiabeiras, abacateiros, mamoeiros, mangueiras, jabuticabeiras, mexeriqueiras e outras mais. Mantêm alguns animais de pequeno porte, como porcos e galinhas. Alguns possuem de uma a cinco cabeças de gado e animais de montaria. Há também uma horta comunitária, localizada na Terra da Santa, cuja produção é dividida entre as famílias que lá trabalham.

Em Santana existem mais de 20 casas, algumas com paredes de estuque (pau a pique), outras de tijolos, piso de terra batida ou de cimento grosso e cobertura de sapé. A maioria das casas é coberta com telhas de barro, mas algumas possuem telhas de amianto.

Na comunidade, é possível encontrar monumentos do século passado, como as ruínas do casarão que seria a sede da fazenda do Barão do Cajuru, além de pontes, muros, pilastras e calçadas de pedras.

A escola da comunidade, que oferta a educação básica de 1º a 5º ano, foi construída na década de 1990 sobre o assoalho de uma antiga senzala. Após a construção, a prefeitura instalou luz elétrica na comunidade. Mas, primeiramente nas casas próximas à capela e à escola. Esse conjunto de casas se situa na Terra da Santa e formam o núcleo central da comunidade, onde vivem os moradores de cima, a cerca de 600 metros de altitude.



Escola sobre o piso da antiga senzala



Ruínas do casarão: muro e calçada de pedra

Já os moradores de baixo, os mais antigos da comunidade, usam lamparinas a querosene até o ano de 2005, embora a moradora Nair Maria da Conceição tenha mantido o costume de usá-las, dispensando a luz elétrica. Os “de baixo” são formados por núcleos familiares que estão localizados logo abaixo da Terra da Santa e são descendentes e herdeiros dos moradores escravizados que trabalharam na antiga fazenda que existia no local.

A titulação do território para os santanenses é uma garantia para que continuem vivendo nas terras de seus antepassados, recriando assim seus modos de vida através de relações de parentesco e uso, familiar ou comum, da terra. Para isso, os moradores de Santana se organizam em uma associação, fundada em 2007, e contam com lideranças da própria comunidade.

Os santanenses resistem na terra e guardam na memória sua trajetória: o trabalho na fazenda do Barão do Cajuru, a abolição, a decadência do café, a doação das terras, o trabalho na terra para subsistência, as perdas de áreas de terras. Mas, sobretudo, vivem os direitos de pessoas livres, que trabalham e constroem seus modos de criar, fazer, viver, cantar e dançar nessas terras desde o fim do século 19.



Fogão de lenha e lamparinas da Sra. Nair Maria da Conceição

Esta narrativa foi composta por Aline Neves Rodrigues Alves, com base no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Quilombo de Santana, elaborado em 2007 pelo Grupo de Trabalho formado por Mário Lúcio Machado Melo Jr., Celso Souza Silva, João Paes Machado Brito, Leandro Mitidieri Figueiredo e Miguel Pedro Alves Cardoso. Todas as fotos são do RTID.

Uma palavra da comunidade

Santana

A comunidade de Santana é muito boa, mas atualmente passamos por grandes dificuldades. Mesmo assim, temos grandes sonhos, como o de receber a titulação de nossas terras. No passado tivemos pessoas aqui, como o senhor Sebastião Francisco da Silva, meu pai, que andou 15 quilômetros a pé para denunciar o roubo da imagem da santa que existia em cima do túmulo do Barão de Cajuru, pois na época só havia delegado muito longe daqui.

Hoje em dia nossa maior dificuldade é de acesso à água. Estamos sem água, e assim não sobrevivemos. A assistência social do município quer nos obrigar a fazer plantações para podermos receber o Bolsa Família, mas não temos terra e aí acaba forçando a comunidade a desistir de morar no território, ou plantar invadindo terreno da associação, o que não queremos. A maioria das famílias de Santana vive com ajuda, e não tem como trabalhar, pois vivemos da terra. Na falta das nossas terras, trabalhamos de empreitada. Como as empreitadas estão muito poucas, e o Bolsa Família baixou muito, precisamos sobreviver de alguma maneira. Já chegamos a ficar dois meses parados, sem serviço, e o Bolsa Família segurando a situação.

Para geração de nossa renda, já tentamos vender doces, mas estamos muito distantes da cidade e não temos condição de levá-los para vender. Começamos a trabalhar com isso, mas tivemos de parar. Antes, tínhamos a farinhada, mas não podemos mais ter lavoura que *cavuca*, como a mandioca, porque os fazendeiros que se dizem donos da terra não deixam. Enquanto eles aram, plantam, nós, os verdadeiros donos da terra, não podemos fazer nada. E ainda dizem que em cima do morro nada pode ser plantado.

Tentamos também trabalhar com turismo, pois os turistas vinham para a celebração da missa e para as festas, mas a missa acabou e os turistas sumiram. Agora tentamos resgatar pelo menos um pouco disso, mas é difícil. Ainda temos festas, no Primeiro de Maio, no Dia

do Trabalho, e em agosto, no dia de Nossa Senhora de Santana. São dois dias de muita festa.

O cadastramento das famílias do quilombo apresenta algumas dificuldades e por esse atraso ainda não pudemos registrar a associação no cartório, mas aguardamos solucionar brevemente este problema.

Além de tantos problemas, enfrentamos casos de drogas dentro da comunidade – pessoas que eram de fora e que agora vivem aqui. A polícia tenta resolver, mas ainda não conseguiu. Isso não existia em Santana, os mais velhos não estão nisso. E o mais triste é que os jovens, vendo isso tudo da droga, aprendem com os outros, além de prejudicar a comunidade, principalmente as crianças. Se eu pudesse pedir, queria mais policiamento para a área quilombola, pois isso é mais uma razão para os fazendeiros ficarem contra nós, dizendo que a gente usa droga. Não é a maioria, os mais velhos não participam disso, mas as crianças ficam vulneráveis a essa influência.



Galpão da Associação

Texto elaborado por Miguel Francisco da Silva, liderança da comunidade, junto com a Equipe de Consulta.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Aline Neves Rodrigues Alves, Isabella G. Miranda, Luciana Costa, Marilene Ribeiro, Suely Virgínia dos Santos
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

A474c Alves, Aline Neves Rodrigues
Comunidade Quimbolo de Santana / Aline Neves Rodrigues Alves . - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório técnico de identificação e delimitação da Comunidade remanescente de Quilombo de Santana, município de Quatis, RJ, elaborado por Osvaldo Martins de Oliveira.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Oliveira, Osvaldo Martins. Relatório técnico de identificação e delimitação da Comunidade remanescente de Quilombo de Santana, município de Quatis, RJ. I. Título. II. Série..

CDD:306

CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e pre-concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais



Ministério do Desenvolvimento Agrário

